



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

AVULSO**Proposta de Emenda à Constituição:****PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ**

Art. 1º Fica inserido no texto do artigo 98 da Constituição do Paraná, o parágrafo 6º, com a seguinte redação:

§ 6º Os créditos titularizados por idosos, assim entendidas as pessoas que contem com sessenta anos de idade ou mais, desde que mencionada esta particularidade no ofício requisitório, deverão ser pagos pela Fazenda Estadual, Municipal e pelas Autarquias no prazo de sessenta dias, contados da data de apresentação do precatório, na ordem cronológica de sua apresentação, sendo vedada a cessão do crédito a terceiros, inclusive para fins de compensação tributária.

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Reni Pereira, Miltinho Pupio, Jocelito Canto, Chico Noroeste, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Ademir Bier, Luiz Nishimori, Arlete Caramês, Alexandre Curi, Francisco Bühner, Delegado Braddock, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Durval Amaral, Nelson Garcia, Marcos Isfer, André Vargas e Waldir Leite.

JUSTIFICATIVA:

De início, a ressalva formal da competência resta solucionada em função da atribuição do Governador, obediente à regra de simetria com o que estabelece a Constituição Federal, da iniciativa de proposta de emenda à Constituição.

Quanto à matéria de fundo, cumpre já de início considerar que os precatórios cíveis de natureza alimentícia têm tratamento diferenciado quanto ao pagamento em relação a créditos de outra natureza, de acordo com o artigo 100 da Constituição Federal, e o parágrafo 2º do artigo 98 da Constituição Estadual. O Governo do Estado tem assim interpretado e procedido quando lhes destina 70% do montante previsto para pagamento de precatórios em geral. E, não poderia ser diferente, porquanto compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos e pensões.

O artigo 100 da Constituição Federal assim determina:

Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respecti-

vos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

No mais a Constituição é omissa quanto à ordem cronológica do pagamento dos precatórios alimentícios.

O parágrafo 5º do artigo 98 da Constituição Estadual determina:

Art. 98. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 5º Os créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos pela Fazenda Estadual ou Municipal e pelas Autarquias, no prazo de trinta dias contados da data da apresentação dos precatórios, na ordem cronológica de sua apresentação.

Assim este dispositivo estatui ordem cronológica para pagamento de créditos de natureza alimentícia, como também determina que a Fazenda Estadual o faça no prazo de trinta dias contados da data de apresentação.

Com o advento da recente Lei nº 10741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, vemos prescrito em seu artigo 71: *É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.*

Da leitura do aludido artigo poder-se-ia interpretar que a mencionada prioridade ficaria abalizada estritamente à esfera judicial, o que fica esclarecido plenamente com o parágrafo 3º do mesmo artigo 71: *A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.* Portanto o pagamento de precatórios é, indubitavelmente, um procedimento da Administração Pública.

Ilustrando ainda, em 23 de abril de 2004 pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal de nº 418 é priorizado aos idosos a restituição do Imposto de Renda do ano. Ainda à guisa de exemplo, enfatize-se que até a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, está sendo liberado com prioridade aos idosos.

É no mínimo de bom senso, quando mais ainda por reconhecimento e respeito, que se tribute respeito àqueles que já deram de si, ao longo do tempo e, diante da menor expectativa de vida que vivenciam, são merecedores de receberem seus justos benefícios, para usufruí-los, ainda em suas vidas.

Esta proposta de emenda à Constituição, visa portanto, a fazer com que o Estado do Paraná, na linha do respeito ao idoso gizada pela Legislação Federal, seja pioneiro também no reconhecimento da dignidade da terceira idade, traduzido na priorização de pagamentos dos créditos havidos junto ao Estado pelos que se enquadram nesta condição.